

A MEMÓRIA URBANA DE BOTAFOGO – RJ: PRESERVAÇÃO COMO REAÇÃO ÀS PERDAS HISTÓRICAS

The Urban Memory of Botafogo - RJ: Preservation as a Response to Historical Losses

Daniella Martins Costa

Arquiteta formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - PROARQ/UFRJ (2012). Doutora em Arquitetura com ênfase em Preservação do Patrimônio Cultural no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFF (2017). Professora do Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente - DPUR/FAU/UFRJ (RJ, Brasil). Professora do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura- PROARQ/UFRJ, onde participa do Laboratório de Narrativas em Arquitetura (LANA) e coordena o Laboratório Cidade e Memória (LCM). Membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS Brasil.

Sávia Pontes

Arquiteta formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018-2023). Mestranda do curso de Pós-Graduação em Arquitetura da UFRJ (início em 2024) (RJ, Brasil). Pós graduanda em Design de Interior pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera (início em 2024). Membro do Laboratório Cidade e Memória (LCM).

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua Martins Ferreira e adjacências, localizado no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro, na tentativa de entender se existiu uma relação entre a demolição da residência da família Oliveira Castro na década de 1970 e o posterior tombamento do conjunto em questão. O estudo investiga como a perda de edificações de valor histórico impulsionou o processo de preservação de outras construções locais e reflete a importância das políticas de conservação patrimonial em contextos urbanos em transformação. Por meio de uma abordagem histórica e teórica, o trabalho explora os desafios enfrentados pela preservação do patrimônio cultural e as estratégias necessárias para proteger a memória e a identidade local. Além disso, são analisados casos emblemáticos de edificações demolidas e os efeitos das transformações urbanísticas no bairro de Botafogo, evidenciando a importância de programas de incentivo, conscientização comunitária e reutilização adaptativa de construções históricas. O artigo reforça a necessidade de medidas efetivas para preservar o legado arquitetônico e cultural em cenários marcados por intensa especulação imobiliária, contribuindo para o debate sobre preservação em contextos urbanos.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Preservação arquitetônica. Memória urbana. Urbanização. Botafogo.

Abstract

The aim of this article is to analyze the architectural and urban complex of Rua Martins Ferreira and its surroundings, located in the Botafogo district of Rio de Janeiro, in an attempt to understand whether there was a relationship between the demolition of the Oliveira Castro family home in the 1970s and the subsequent listing of the complex in question. The study investigates how the loss of buildings of historical value drove the preservation process of other local constructions and reflects the importance of heritage conservation policies in changing urban contexts. Through a historical and theoretical approach, the work explores the challenges faced by the preservation of cultural heritage and the strategies needed to protect local memory and identity. In addition, emblematic cases of demolished buildings and the effects of urban transformations in the Botafogo neighborhood are analyzed, highlighting the importance of incentive programs, community awareness and adaptive reuse of historic buildings. The article reinforces the need for effective measures to preserve the architectural and cultural legacy in scenarios marked by intense real estate speculation, contributing to the debate on preservation in urban contexts.

Keywords: Cultural heritage. Architectural preservation. Urban memory. Urbanization. Botafogo.

Sumário:

1. Introdução; 2. Método; 3. Resultados e discussão; 3.1. Contexto histórico e urbanístico de Botafogo; 3.2. Proteções legais do patrimônio arquitetônico de Botafogo; 3.3. Demolições e ausências na paisagem urbana de Botafogo e bairros adjacentes; 4. Considerações finais; Referências.

1. INTRODUÇÃO

O bairro de Botafogo, localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro, passou por um intenso processo de transformação desde o início de sua ocupação no século XVI (IRPH, 2012), resultando em mudanças significativas em sua paisagem urbana e composição social. A urbanização acelerada – impulsionada pela chegada da família real portuguesa em 1808, pela reforma urbanística de Pereira Passos e pela regulamentação do gabarito das edificações – alterou profundamente a dinâmica do bairro. Essas transformações refletem um fenômeno recorrente nas grandes cidades, no qual o crescimento urbano frequentemente entra em conflito com a preservação da memória e da identidade locais.

Diante desse cenário, muitas construções de valor histórico foram substituídas por novas tipologias arquitetônicas, redefinindo a configuração urbana da região (Abreu, 2022). Alterações nas normas urbanísticas da época favoreceram a substituição de casas e sobrados por edifícios mais altos, acelerando o processo de verticalização em áreas como Botafogo. Essas mudanças contribuíram diretamente para a demolição de diversas edificações antigas, cuja destruição afeta a forma como a cidade é lembrada e reinterpretada ao longo do tempo. Como afirma Pierre Nora (1993, p. 9), “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”, o que reforça a necessidade de refletir sobre as consequências dessas transformações para a preservação do patrimônio cultural, da memória coletiva e da identidade local.

Este artigo examina o impacto da demolição de edificações históricas no bairro, com destaque para a residência da família Oliveira Castro e sua relação com o posterior tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua Martins Ferreira. A pesquisa busca compreender de que maneira essas transformações influenciaram as políticas de preservação patrimonial e a percepção da memória coletiva. Assim, este estudo investiga se a destruição de parte do patrimônio arquitetônico de Botafogo impulsionou medidas mais eficazes de preservação ou se representou um ciclo contínuo de perda e descaracterização de parte do bairro.

Dessa forma, considera-se que a perda da residência Oliveira Castro, emblemática na paisagem de Botafogo, pode ter contribuído simbolicamente e politicamente para a mobilização em torno do tombamento posterior da Rua Martins Ferreira. Esta hipótese será investigada a partir da análise documental e da tentativa de identificação dos agentes envolvidos nos dois episódios.

2. MÉTODO

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa para compreender as dinâmicas de preservação e transformação urbana em Botafogo, com foco no Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua Martins Ferreira. Fundamentada na revisão bibliográfica, na análise documental e no estudo de caso, a metodologia busca articular diferentes fontes

para contextualizar o impacto da demolição da residência da família Oliveira Castro e o posterior tombamento da área.

A revisão bibliográfica ancora-se em autores que discutem a relação entre memória, patrimônio e urbanismo. A pesquisa documental envolve a análise de arquivos históricos, bibliotecas e acervos institucionais, com o objetivo de identificar registros relevantes sobre as políticas de preservação na região. Além disso, fotografias e mapas históricos serão utilizados para traçar uma linha do tempo das transformações urbanas em Botafogo.

A pesquisa também examina a legislação patrimonial vigente e suas implicações sobre o conjunto tombado, considerando sua influência na manutenção da memória e identidade urbana. Ao integrar essas perspectivas, a metodologia permite não apenas reconstruir a trajetória histórica da área estudada, mas também avaliar o papel da preservação patrimonial no contexto urbano de Botafogo, sujeito à especulação imobiliária e à crescente verticalização do bairro.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção marca o início da análise dos dados obtidos ao longo da pesquisa, articulando os achados empíricos com o referencial teórico apresentado. É nesse momento que se estabelecem conexões entre o processo de transformação urbana de Botafogo, a demolição de edificações de valor histórico e as respostas institucionais e comunitárias voltadas à preservação patrimonial.

A partir da contextualização histórica e das legislações analisadas, os tópicos seguintes apresentam e discutem as evidências que sustentam as reflexões propostas. Essa abordagem permite compreender como a memória urbana se manifesta não apenas por meio da permanência de edifícios, mas também através das ausências, das disputas simbólicas e das políticas de salvaguarda que emergem em resposta às perdas. Assim, torna-se possível identificar mecanismos sociais e políticos que moldam o modo como o patrimônio é selecionado, interpretado e protegido ao longo do tempo.

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO E URBANÍSTICO DE BOTAFOGO

Segundo o Guia da Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) (IRPH, 2012), o bairro de Botafogo manteve características rurais até o início do século XIX, quando começou a passar por um processo acelerado de urbanização. Uma figura central nesse contexto foi o Padre Clemente, cuja influência entre o final do século XVII e o início do século XVIII deixou marcas significativas como o Caminho de São Clemente, atualmente conhecido como Rua São Clemente –, uma das principais vias do bairro. Após o seu falecimento, sua sesmaria foi desmembrada em lotes e vendida, dando origem a chácaras.

A partir da chegada da família real portuguesa ao Brasil no início do século XIX, o bairro passou por significativas transformações urbanísticas, acelerando o processo de parcelamento do solo e impulsionando sua consolidação como área urbana (Figura 1). A região tornou-se um espaço disputado por nobres e comerciantes, consolidando-se como uma área de prestígio, enquanto novas vias eram abertas para facilitar o tráfego local.



Figura 1: Abertura de vias no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro – RJ

Fonte: INEPAC, 1991. Edição: Sávia Pontes Paz, 2025

Além da Rua São Clemente, destacavam-se a Rua Nova de São Joaquim (atual Voluntários da Pátria), a Rua Real Grandeza, o Caminho do Berquú (atual Rua General Polidoro), o Caminho de Copacabana (Rua da Passagem) e a Praia de Botafogo. A Rua São Clemente, em particular, foi ocupada pelos grandes barões do café, enquanto as demais ruas abrigavam comerciantes e pequenos nobres que, em busca de novos espaços, passaram a evitar a região central da cidade, segundo afirma Regina Chiaradia (s.d) e o Guia da APAC (2012).

A partir de meados do século XIX, diversos elementos de infraestrutura foram sendo gradualmente incorporados à região, como o transporte marítimo de passageiros, o sistema de iluminação a gás, os bondes, o abastecimento de água e o serviço de limpeza urbana, como ressalta Maurício Abreu (2022). Um dos aspectos mais notáveis da disponibilidade de transportes é a ampla variedade de opções que atendem à Rua São Clemente e suas proximidades, ressaltando sua relevância para a mobilidade local.

Apesar da atmosfera aristocrática que caracterizava Botafogo, a região também atraiu imigrantes e pessoas de menor poder aquisitivo, que se estabeleceram em casas modestas e abriram pequenos comércios. Esse movimento contribuiu para a diversificação do uso do solo, consolidando o comércio e os serviços ao longo das principais vias do bairro. Na segunda metade do século XIX, os últimos proprietários de fazendas remanescentes desmembraram suas terras em chácaras e sítios. Paralelamente, novas ruas surgiram e a paisagem urbana foi transformada com a construção de imponentes palacetes e casarões, reforçando a posição de Botafogo como um espaço privilegiado.

O século XX foi marcado por profundas transformações urbanas, impulsionadas principalmente pela reforma urbanística promovida por Pereira Passos, que incluiu o prolongamento da avenida beira-mar da Praia de Botafogo. O surgimento das vias arteriais

representou uma adequação espacial coincidente com a nova organização social marcada pelos “valores e os modi vivendi cosmopolitas e modernos das elites econômica e política nacionais” (Abreu, 2022, p. 189). Essas mudanças resultaram no aumento da população do bairro, agora composta por moradores de diferentes classes sociais.

Nesse contexto de crescimento, novas ruas internas foram abertas entre as ruas São Clemente e Voluntários da Pátria, ambas de características urbanas semelhantes — longas, estreitas e predominantemente residenciais. Dessa maneira, o Código de Obras de 1937 influenciou significativamente a configuração da paisagem urbana. Entre suas implicações, destacam-se as exigências de recuos, gabaritos e alinhamentos que transformaram o tecido urbano preexistente. Nesse processo, o bairro de Botafogo perdeu diversas casas e sobrados antigos, substituídos por construções mais altas e modernas, o que alterou profundamente sua morfologia original e acelerou a verticalização da região.

3.2 PROTEÇÕES LEGAIS DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE BOTAFOGO

As cidades podem ser comparadas a organismos vivos, em constante desenvolvimento, que refletem as experiências históricas, sociais e culturais de seus habitantes, como explicam Costa et al. (2019, p. 352). Nesse contexto, o tombamento de conjuntos arquitetônicos no Brasil surgiu como um instrumento de proteção e preservação de bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e paisagístico, garantindo sua manutenção para as gerações futuras. Essa prática teve início em 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e evoluiu de uma abordagem voltada à estética, como aponta Lia Motta (1987), para uma visão mais ampla, que passou a abranger conjuntos representativos da história e da cultura local.

No bairro de Botafogo, a especulação imobiliária se intensificou a partir da década de 1980, impulsionada pela valorização da região e pela escassez de terrenos disponíveis. Como consequência, diversas comunidades foram removidas, com exceção da Favela Dona Marta, atual Santa Marta. A fim de conciliar crescimento urbano e preservação do patrimônio histórico, a Prefeitura do Rio de Janeiro adotou uma série de medidas de proteção, incluindo o Decreto nº 6.934, de 9 de setembro de 1987 (Rio de Janeiro, 1987), que estabeleceu o tombamento provisório de bens culturais em Botafogo e Humaitá. Esse decreto abrangia edificações emblemáticas, como igrejas, palacetes, vilas e construções modestas situadas em ruas como São Clemente, Real Grandeza e Voluntários da Pátria.

Segundo o Guia da APAC de Botafogo (IRPH, 2012), o Departamento Geral de Patrimônio Cultural (DGPC) — atualmente Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) — deu continuidade a esse processo ao identificar um conjunto arquitetônico representativo das primeiras décadas do século XX. As construções, em estilos eclético, neocolonial e normando, levaram à criação do Decreto nº 9.904, de 12 de dezembro de 1990 (Rio de Janeiro, 1990), ampliando a proteção a novos imóveis. O decreto estabelecia diretrizes para a preservação da ambiência urbana, incluindo a manutenção de volumetria, fachadas e telhados. Entre os bens protegidos estavam a residência nº 60 da Rua Martins Ferreira e a de nº 385 da Rua São Clemente (Figura 2), posteriormente incorporadas ao principal tombamento tratado neste artigo.



Figura 2: Edificações localizadas na Rua Martins Ferreira, nº 60, e na Rua São Clemente, nº 385, respectivamente, no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro – RJ

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025

O processo de tombamento em Botafogo reflete a preocupação em preservar a identidade arquitetônica e urbana do bairro. A ampliação progressiva das áreas protegidas demonstra a tentativa de equilibrar desenvolvimento urbano e manutenção do patrimônio. O marco inicial desse movimento foi o tombamento do Jardim de Infância Marechal Hermes, em 1979 (Figura 3), localizado na rua Capistrano de Abreu, nº 1. Inaugurado em 1910 durante a gestão do prefeito Serzedello Corrêa, o edifício integra uma iniciativa pioneira de construção de escolas públicas voltadas à Educação Infantil na região.



Figura 3: Jardim de Infância Marechal Hermes, no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro – RJ

Fonte: Inepac, 1991

Projetado especificamente para atender às necessidades de crianças pequenas, apresenta elementos arquitetônicos singulares: peitoris rebaixados, janelas com vidros menores que os padrões da época — visando à segurança — e uma rampa de acesso à área de recreação, que facilita a mobilidade dos alunos. Tais características revelam uma concepção pedagógica avançada para o período e reforçam seu valor histórico, cultural e arquitetônico.

A relevância do edifício ultrapassa sua função escolar, tendo influenciado diretamente a posterior delimitação da área de proteção da ambiência das ruas Martins Ferreira e Capis-

trano de Abreu. No entanto, somente em 1991 esse perímetro foi ampliado para abranger um conjunto mais expressivo de ruas, evidenciando a reação tardia frente às demolições que vinham comprometendo a paisagem urbana local.

Essa preocupação com a descaracterização do bairro levou à proteção não apenas de edificações específicas, mas também de elementos urbanos, como arborização, traçado das ruas e características do adensamento. No ofício encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro anexado ao Processo de Tombamento da Rua Martins Ferreira, a diretora-geral do INEPAC, Dina Lerner, alertou para o acelerado processo de deterioração da paisagem de Botafogo, enfatizando a urgência de medidas mais abrangentes — o que culminaria, anos depois, na criação da APAC em 2002 (INEPAC, 1991). Essa iniciativa consolidou um inventário detalhado dos bens de interesse histórico, categorizando-os conforme sua relevância para a preservação. O processo evidencia a complexidade da proteção patrimonial em um contexto de valorização imobiliária acelerada, destacando o papel das políticas públicas na manutenção da memória e da identidade urbana.

Apesar dessas iniciativas, as medidas adotadas não foram suficientes para atender às demandas da Associação de Moradores e Amigos de Botafogo (AMAB), um dos grupos mais ativos na luta pela preservação do bairro. Assim, a APAC de Botafogo foi instituída pelo Decreto nº 22.221, de 4 de novembro de 2002 (Rio de Janeiro, 2002), com o objetivo de valorizar e preservar a diversidade urbana local. A APAC reconheceu a importância de exemplares arquitetônicos dos séculos XIX e XX, muitos dos quais passaram a ser utilizados para fins comerciais, como escolas, clínicas e escritórios, enquanto grandes edifícios residenciais foram erguidos em áreas mais recentes (IRPH, 2012).

A criação da APAC permitiu a realização de um inventário detalhado das residências de valor histórico e cultural, resultando na classificação de 13 subáreas de proteção e quatro áreas de entorno de bens tombados. Os imóveis foram divididos em quatro categorias: Bens de interesse individual para tombamento; Bens de interesse para preservação de conjunto; Bens de interesse para simples registro; e Bens apenas tutelados. Além das edificações, a APAC garantiu a proteção de elementos urbanos, como arborização e meio-fios de cantaria, que contribuíram e ainda contribuem para a identidade do bairro (IRPH, 2012).

Posteriormente, novas ampliações foram realizadas por meio do Decreto nº 22.643, de 10 de fevereiro de 2003 (Rio de Janeiro, 2003), e do Decreto nº 29.690, de 12 de agosto de 2008 (Rio de Janeiro, 2008), ambos da Prefeitura do Rio de Janeiro. Essas medidas reforçaram a proteção de bens classificados, intitulados bens de interesse individual para tombamento, que passaram a integrar o patrimônio protegido da cidade. Entre esses imóveis estavam residências da Rua Capistrano de Abreu, Ruas Conde de Irajá, Rua Martins Ferreira e Rua São Clemente.

Paralelamente às ações municipais, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) também atuou na preservação do patrimônio cultural de Botafogo. Na década de 1990, o órgão iniciou o Processo de Tombamento E-18/000.038/91, em resposta ao crescimento acelerado do bairro e à destruição de edificações históricas. O alerta surgiu após a “demolição de todo um casario típico de sua arquitetura tradicional” (INEPAC, 1991, p. 2),

evidenciando a necessidade de complementação das medidas municipais com iniciativas estaduais de proteção.

Dessa forma, as proteções legais estabelecidas ao longo das décadas refletem a constante preocupação com a preservação da identidade arquitetônica e urbanística de Botafogo diante das pressões da especulação imobiliária. A criação da APAC local consolidou um conjunto de medidas que não apenas garantiram a salvaguarda de edificações históricas, mas também consideraram a ambiência e os elementos urbanos essenciais para a manutenção da paisagem. No entanto, o desafio da preservação patrimonial permanece, exigindo a contínua atualização das políticas públicas e a participação ativa da sociedade civil na valorização e defesa do patrimônio arquitetônico.

Apesar da ausência de menção explícita à residência Oliveira Castro no processo de tombamento, o documento E-18/000.038/91 do INEPAC aponta a 'demolição de todo um casario típico' como fator desencadeador da ação de salvaguarda, o que permite inferir a influência simbólica de casos como o da família Oliveira Castro no fortalecimento da política preservacionista.

3.3 DEMOLIÇÕES E AUSÊNCIAS NA PAISAGEM URBANA DE BOTAFOGO E BAIRROS ADJACENTES

A residência que pertenceu à família Oliveira Castro, um dia situada na Rua São Clemente, foi um dos alvos das demolições no bairro de Botafogo. A família dos Oliveira Castro foram personagens importantes durante o período do ciclo do café desempenhando um papel de grande atuação no período que vivenciaram (Monay, 2014, p. 25). Um dos proprietários da residência (Figura 4) foi José Mendes de Oliveira Castro, barão de Oliveira Castro em 1904, comerciante e banqueiro, casado com D. Maria Estefânia Pontes Câmara, filha do Comendador Manuel Pontes Câmara e de Guilhermina Matos Vieira. Viveu nesta residência após a morte dos seus pais onde tomou conta dos seus irmãos e, posteriormente, com a herança comprou a parte da casa e também possuía outras residências como casa de veraneio, em Petrópolis.



Figura 4: Registro da residência da família Oliveira Castro antes de ser demolida na Rua São Clemente, atual número 398, no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro – RJ

Fonte: Coleção Lucia Sanson / Acervo Fundação Casa de Rui Barbosa, 1960 e 1960, respectivamente

Conforme descreve a transcrição do Inventário de Carlota Deolinda Ribeiro de Castro em 1884 (Pessoa; Santos, 2023), a localização privilegiada e a construção refinada atesta a importância dessa família. A residência era um sobrado elevado, edificado em pedra e cal, com fachada simétrica e imponente. Suas paredes internas eram revestidas de estuque, conferindo um acabamento sofisticado aos ambientes. Na parte frontal, sete janelas adornavam a construção, permitindo ampla entrada de luz natural. O acesso principal se dava por uma escadaria de cantaria, ladeada por um grail de ferro ornamentado, que reforçava o caráter nobre do imóvel.

D. Castorina acompanha o filho José, que erguera um amplo casarão térreo, em estilo neoclássico, na rua São Clemente no n.º 152 A, para abrigar a família, então com cinco dos quatorze filhos que teria com a primeira esposa; o filho Antônio, esposa, e dois dos quatro filhos que teriam, se instalaram em casa frente à da mãe, enquanto que o marido da caçula Castorina, Manoel Moreira da Fonseca, iria requer aforamento de terreno próximo, para morar com esposa e o único filho (Pessoa, 2018, p. 134).

Além da imponência da edificação, a propriedade possuía um diferencial importante: o direito ao uso das águas provenientes da antiga chácara de Manuel José da Cunha Ozório, o que reforçava sua valorização e funcionalidade. Essas características evidenciam não apenas a grandiosidade do imóvel, mas também a relevância da família no contexto urbano da época, consolidando sua presença em uma das áreas mais nobres da cidade.

Assim como a existência de espaços que materializam a memória, aqueles marcados pelo colapso da mudança também são capazes de evocá-la. Como um navio à deriva, memórias podem emergir da ausência de marcas, criando espaços habitáveis onde passado e presente se fundem. Segundo Costa e Teixeira (2013, p. 7), que citam Michel de Certeau, a recordação não desaparece com a falta de vestígios materiais; ao contrário, a ausência pode intensificar a evocação do passado, funcionando como um gatilho para a lembrança e ativando camadas de significado que se tornam ainda mais presentes pela falta do referente material. Assim como essa residência, o Pavilhão Mourisco também é um exemplar entre as edificações que um dia já fizeram parte da história do bairro de Botafogo.

À noite, o Pavilhão era todo iluminado. No terraço, em torno, havia mesas, onde se bebia cerveja e refrescos. Na parte interna ficavam o salão de chá e o restaurante, para os jantares e as festas alegres nos discretos gabinetes reservados. A fotografia mostra o Pavilhão Mourisco em 1907. O edifício era coberto por um grupo de cinco cúpulas douradas. Duas escadas de mármore davam acesso às varandas no primeiro pavimento, calçadas a ladrilho espanhol. Nas colunas ao lado das entradas e no teto decorado liam-se numerosas inscrições árabes. No porão alto ficavam as cozinhas, a despensa e a adega. A pequena construção que se vê à esquerda era o "guignol", que fazia a delícia da petizada. Nas tardes de espetáculo, o teatro de marionetes era cercado pelas crianças. A hora de subir o pano, tomavam lugares nos bancos enfileirados diante do palco, o arrecadador de níqueis procedia à sua frutuosa diligência e o divertimento principiava, sob risadas gostosas da criançada. Nos fundos do teatro havia um carrossel e um rinque de patinação (Dunlop, 1963).

Conforme relata Charles Julius Dunlop, colunista do *Correio da Manhã*, o edifício proporcionava uma ambiência singular. Inspirado nas construções da Avenida dos Campos Elísios, em Paris, foi erguido na Praia de Botafogo (Figura 5) entre o fim do século XIX e o início do século XX, sendo inaugurado em 1907 como bar e restaurante. O projeto foi assinado pelo arquiteto francês naturalizado brasileiro Alfredo Burnier e concebido em estilo neopersa, conferindo à edificação um caráter singular e destacado no panorama arquitetônico local.



Figura 5: Registro do Pavilhão Mourisco na Praia de Botafogo, Rio de Janeiro – RJ

Fonte: Coleção Mestres do Séc. XIX, Acervo IMS, c. 1910

Apesar da elegância do espaço, sua gestão e os eventos realizados suscitaram críticas, entre elas a reprovação à “democrática aproximação de classes” (Fon-Fon, 1908) que o ambiente proporcionava. Mesmo tendo passado por obras de revitalização por volta de 1915, o Pavilhão Mourisco foi gradualmente perdendo relevância, em parte devido à presença de pessoas em situação de vulnerabilidade no entorno e, sobretudo, à valorização de bairros emergentes como Copacabana, Leme e Ipanema, que passaram a concentrar investimentos e atrair novos públicos.

Ainda assim, seguiu sendo palco de atividades de destaque. Em 1919 o local abrigou a primeira feira livre da cidade e também foi utilizado como ringue de patinação nos preparativos para a estreia do Brasil nas Olimpíadas de 1920, na Antuérpia, conforme registrado na seção Correio Sportivo (Correio da Manhã, 2020). Em 1926, tornou-se sede da União dos Escoteiros do Brasil e, pouco depois, passou a receber a primeira linha de ônibus que ligava Botafogo à Avenida Almirante Barroso. No início da década de 1930, recebeu um festival de arte beneficente para a Caixa da Associação dos Funcionários do Lloyd Brasileiro. Entre 1934 e 1937, sob a direção da poeta Cecília Meireles, sediou a Biblioteca Infantil do Distrito Federal, sendo posteriormente fechado para dar lugar a um departamento coletor de impostos (Wanderley, 2020).

Nos anos seguintes, o pavilhão ainda serviu como sede da Casa Maternal Recreio Pindorama para Crianças, mas em 1950 foi demolido para a construção do Túnel do Pasmado. Seu desaparecimento gerou grande repercussão na imprensa, tornando-se notícia em diversos jornais da época.

Outro exemplo emblemático de casarão demolido no Rio de Janeiro, que teve um impacto significativo na história da cidade, foi o Palácio Monroe (Figura 6). Originalmente construído para servir como pavilhão brasileiro na Feira Mundial de Saint Louis, no Missouri (EUA), em 1903, o edifício foi projetado pelo arquiteto e engenheiro militar Coronel Francisco Marcelino de Sousa Aguiar. Após a exposição e receber a mais importante pre-

miação arquitetônica conferida no evento, foi desmontado e remontado na Avenida Central na região central da então capital federal, próximo a importantes edifícios públicos, como o Teatro Municipal, a Escola de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, a Câmara Municipal e o Supremo Tribunal Federal (Alvarenga, 2019).



Figura 6: Registro do Palácio Monroe na Av. Rio Branco, no bairro da Cinelândia, Rio de Janeiro – RJ

Fonte: Coleção Gilberto Ferrez, Acervo IMS, c. 1910

Já instalado na capital federal, o edifício foi inicialmente destinado a sediar a 3ª Conferência Pan-Americana, em 1906, ocasião em que recebeu diversas autoridades políticas estrangeiras. Posteriormente, foi rebatizado como Palácio Monroe, em homenagem ao ex-presidente dos EUA, James Monroe, substituindo seu nome original, Pavilhão São Luiz, que fazia referência à cidade americana de Saint Louis. Ao longo de sua história, foi palco de importantes eventos oficiais da capital. Em 1914, tornou-se a sede da Câmara dos Deputados, função que exerceu até 1922, quando passou a abrigar a Comissão Executiva da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência. Nos anos seguintes, serviu a diversas instituições públicas e sofreu intervenções que comprometeram sua configuração original. Com a transferência da capital para Brasília, em 1960, o edifício perdeu gradativamente sua relevância, culminando em sua controversa demolição em 1976 (Alvarenga, 2019, p. 152).

A demolição do Palácio Monroe não esteve diretamente ligada à especulação imobiliária no bairro, mas exemplifica outras questões igualmente complexas. Entre as diversas hipóteses sobre sua destruição, Alvarenga (2019) destaca o viés político, relacionado ao esvaziamento da centralidade do Rio de Janeiro após a transferência da capital para Brasília, um processo conduzido pelo governo militar e reforçado pela fusão entre o Estado da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro. Além disso, o valor estético e arquitetônico do edifício gerou intenso debate entre os arquitetos Paulo Santos e Lúcio Costa. Enquanto Santos defendia sua relevância artística como parte da história brasileira, Costa via o ecletismo arquitetônico como uma ruptura na continuidade do processo histórico, o que contribuiu para a argumentação em favor de sua demolição.

Casos como o do Palácio Monroe evidenciam que a demolição de edificações históricas não se restringiu a Botafogo, mas refletiu um processo mais amplo que marcou a transformação da paisagem urbana no Rio de Janeiro. Em Botafogo, a remoção desses marcos arquitetônicos apaga registros visíveis da memória coletiva, alterando a relação da cidade com seu passado. No entanto, a ausência física dessas construções não significa um esquecimento definitivo, mas sim uma ressignificação dos espaços, onde a memória pode se manifestar de maneira intangível. Paradoxalmente, a destruição pode intensificar a necessidade de lembrar, funcionando como um catalisador para novas narrativas sobre o passado e para a conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio histórico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade, como um organismo vivo, precisa, por vezes, perder parte de seu tecido para se refazer (Costa *et al.*, 2019). No entanto, essa perda nem sempre ocorre de maneira equilibrada, podendo ser exagerada e motivada por razões que não favorecem a cidade nem a manutenção de sua memória.

A presente pesquisa buscou investigar a relação entre a demolição da residência da família Oliveira Castro e o posterior tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua Martins Ferreira, bem como compreender o impacto da perda de edificações históricas na preservação de outros bens patrimoniais no bairro de Botafogo. Além disso, procurou refletir sobre as políticas de preservação patrimonial em contextos urbanos sujeitos a intensos processos de transformação.

A análise histórica e urbanística revelou que a verticalização do bairro contribuiu significativamente para a descaracterização de sua paisagem, resultando na demolição de diversas edificações de valor histórico e arquitetônico. No entanto, embora seja possível identificar um movimento de proteção patrimonial decorrente da crescente destruição do tecido urbano original, a pesquisa não conseguiu estabelecer, de maneira conclusiva, uma relação direta e causal entre a demolição da residência da família Oliveira Castro e o tombamento posterior do conjunto arquitetônico da Rua Martins Ferreira. Essa questão permanece aberta, exigindo estudos complementares para aprofundar a compreensão sobre os agentes e processos envolvidos na decisão de preservação.

Além disso, a pesquisa evidenciou que a perda de edificações históricas pode, paradoxalmente, funcionar como um catalisador para o reconhecimento da importância da preservação patrimonial. Contudo, os desafios impostos pela especulação imobiliária e pelas limitações das políticas públicas de proteção ainda representam obstáculos significativos para a conservação do patrimônio arquitetônico em Botafogo e em outras áreas urbanas sujeitas a intensa valorização do solo.

Dessa forma, este estudo contribui para a reflexão sobre os mecanismos de preservação e os impactos da transformação urbana na memória coletiva. No entanto, a história permanece em aberto, pois a dinâmica de mudanças na cidade exige um olhar contínuo sobre as estratégias de preservação e sobre as formas como a sociedade reage às perdas patrimoniais. Estudos futuros poderão aprofundar essa discussão, explorando novas abordagens metodológicas e ampliando a análise para outros casos semelhantes em diferentes contextos urbanos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2022. 156 p. ISBN 978-65-998868-05.

ALVARENGA, Daniel Levy. O Palácio Monroe e as trincheiras da memória. **Revista de história bilros**, v. 7, p. 146-169, 2019.

BRASIL. Código de Obras do Distrito Federal. Decreto nº 6.000, de 1º de julho de 1937. Estabelece normas para construções no Distrito Federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2 jul. 1937.

CARDOSO, Dezouart Cardoso. **História dos Bairros - Botafogo**. Rio de Janeiro: Index, 1983. v. 01. 87p.

CHIARADIA, Regina. Memória histórica. AMAB – Associação de Moradores e Amigos de Botafogo. Rio de Janeiro, [s.d]. Disponível em: <https://www.amabotafogo.org.br/historia-do-bairro>. Acesso em: 28 mar. 2025.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: **Correio da Manhã**, 1901- . Semanal, às sextas. Fundado por Edmundo Bittencourt; Presidente: Claudio Magnavita, ano 118, n. 23.438 (13/19 set. 2019)-. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>. Acesso em: 5 maio 2025.

COSTA, Daniella Martins; MANHÃES, Igor Reis; BARROS, Nathalia Paixão Conceição; JANSEN, Artur Pereira. Petrópolis: um primeiro olhar urbano-paisagístico para a preservação no estado do Rio de Janeiro. Anais do II Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural: as problemáticas da preservação do patrimônio cultural no século XXI: Cachoeira do Sul-RS: UFSM-CS, 2019. v. 3. p. 350-364.

COSTA, Daniella Martins; TEIXEIRA, Kamila Cobbe. Presence and absence: Built heritage as a trigger of memory. In: **Kit Alumni Club Brazil**, 2013, Recife. II Kit Alumni Club Brazil, 2013. v. 1.

DUNLOP, Charles Julius. Rio Antigo. Rio de Janeiro: **Editora Rio Antigo**, 1963.

FON-FON: Semanário alegre, político, crítico e espusiente. Rio de Janeiro: [s.n.], 1907-[1958?]. Semanal. Fundada em 13 de abril de 1907. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=259063>. Acesso em: 5 maio 2025.

INEPAC, Rio de Janeiro. Processo de Tombamento: E-18/000.038/91. Conjunto arquitetônico e urbanístico da Rua Martins Ferreira e adjacências. Tombamento provisório: 5 de fevereiro de 1991, Tombamento definitivo: 18 de dezembro de 2002, Localização: Rio de Janeiro – RJ.

IRPH – Instituto Rio Patrimônio da Humanidade. Guia das APACs. Botafogo / Humaitá, 2012. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6433361/4172412/guia10.compressed.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2025.

MONAY, Ana Carolina. Os Oliveira Castro e os Pontes Câmara: as conexões nos arquivos pessoais. In: IX Jornada de Iniciação Científica da Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014, Rio de Janeiro. IX Jornada de Iniciação Científica da Fundação Casa de Rui Barbosa - Programação e Resumos, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/atuacao/pesquisa/pdfs/fcrb_9_jornada_iniciacao_cientifica.pdf. Acesso em: 23 mar. 2025.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto - uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 22, p. 108-122, 1987.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, v. 10, dez., 1993, p.9.

PESSOA, Ana Maria. As casas do comendador Albino de Oliveira Guimarães. In: Ana Pessoa; Gonçalo de Vasconcelos e Sousa. (org.). Actas do III Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores. Porto: **Universidade Católica Editora**, 2018, v. 1, p. 123-144.

PESSOA, Ana Maria; RIBEIRO, Júlia Lacerda Pinto. **Inventário de Carlota Deolinda de Castro (1843-1843)**. A Casa Senhorial: Portugal, Brasil & Goa. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/fontes-documentais/inventarios/761-carlota-deolinda-ribeiro-de-castro-1884>. Acesso em: 25 mar. 2025.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 6.934, de 9 de setembro de 1987**. Determina o Tombamento Provisório do bem cultural que menciona. Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: <http://leismunicipa.is/rpequ>. Acesso em: 25 mar. 2025.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 9.904, de 12 de dezembro de 1990**. Determina o tombamento provisório dos bens que menciona. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://leismunicipa.is/hprlu>. Acesso em: 25 mar. 2025.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 22.221, de 4 de novembro de 2002**. Cria a área de proteção do ambiente cultural do bairro de botafogo, IV região administrativa, determina o tombamento provisório dos bens que menciona e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://leismunicipa.is/hufoq>. Acesso em: 25 mar. 2025.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 22.643 de 10 de fevereiro de 2003**. Acrescenta os anexos III e IV, dá nova redação aos arts .4.º e 5.º e retifica os anexos I e II do Decreto n.º 22.221 de 04 de novembro de 2002. Disponível em: <http://leismunicipa.is/mhpve>. Acesso em: 25 mar. 2025.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 29.690, de 12 de agosto de 2008**. Altera o anexo IV do Decreto nº 22.643 de 10 de fevereiro de 2003. Disponível em: <http://leismunicipa.is/slnpd>. Acesso em: 25 mar. 2025.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 35.879, de 5 de julho de 2012**. Dispõe sobre o Rio como patrimônio da humanidade e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/aluhq>. Acesso em: 25 mar. 2025.

WANDERLEY, Andrea Camara Tenório. **Série “O Rio de Janeiro desaparecido” X – No Dia dos Namorados, um pouco da história do Pavilhão Mourisco em Botafogo**. Brasileira Fotográfica, Rio de Janeiro, 12 de junho de 2020. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=18767>. Acesso em: 15 mar. 2025.

Recebido em: 07/07/2025

Aceito em: 03/08/2025